

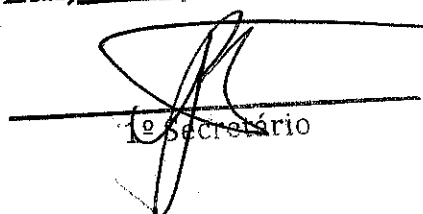


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 16 DE 2017

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 14/12/2017


1º Secretário

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS ATRAVÉS DOS CRÉDITOS REFERENTES AO 13º SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ.

Ref. Legislativa:

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, ARTS. 170-A E 171.

LEI Nº 4.257/89

LEI Nº 4.254/88

LEI Nº 6.823/16

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ faz saber que a Assembleia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a realizar compensação de toda e qualquer dívida tributária consolidada em face de servidor público estadual, inclusive a que seja objeto de execução fiscal, através dos créditos referentes ao 13º salário.

Parágrafo único. O processo de compensação só terá início após manifestação expressa do servidor público, polo passivo do débito tributário, sendo vedado ao Poder Executivo a compensação sem prévia autorização.

Art. 2º. Fica facultado aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e consequente extinção de crédito tributário.

Art. 3º. A Fazenda Pública observará o disposto nas leis 4.257/89, 4.254/88 e 6.823/16, autorizando-se, desde já, a redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento, ou percentual maior, a ser regulamentado através de ato do Poder Executivo Estadual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

Art. 4º. Caberá à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento a consolidação das dívidas mencionadas no art. 1º, cabendo aos servidores requererem a realização da compensação, conforme regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo.

Art. 5º. A opção à compensação prevista nesta Lei implica renúncia expressa por parte do servidor público da interposição de recurso administrativo ou ação judicial, importando na sua irrevogabilidade e irretroatividade.

Art. 6º. O Poder Executivo editará os atos regulamentares necessários ao integral cumprimento desta Lei, em até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 7º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR MACEDO

Teresina, 12 de dezembro de 2017.


Deputado **Júlio Ferraz Arcoverde**
Progressistas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei ora enviado à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa visa a estabelecer, no âmbito do Estado do Piauí, a possibilidade de se efetivar a compensação tributária para os servidores públicos que possuam dívidas junto aos órgãos da administração estadual.

A normatização do tema é de grande relevância.

Primeiramente, por permitir que os servidores públicos estaduais, devedores do estado, o exercício do direito de compensação, assegurado nas legislações que instituem e regulamentam os impostos estaduais. Em segundo lugar, por possibilitar uma maior arrecadação por porte do Estado do Piauí. Em terceiro lugar, por propiciar a redução do estoque de Dívida Ativa do Estado do Piauí.

Convém destacar que os servidores estaduais terão incentivo, caso queiram aderir ao programa de compensação, sendo positivo tanto para o servidor, quanto para o Estado.

Diante do exposto, submete-se esta proposição à análise da Assembleia Legislativa.